

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## LEVANTES POPULARES E LIBERAIS REPUBLICANOS NO INTERIOR DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO: A REVOLTA DOS MATUTOS DE 1838

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Instituto Federal da Bahia/Campus de Vitória da Conquista

manoel73@gmail.com

No dia 1º de março de 1838 o presidente da província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, fazia o seu discurso de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial apresentando aos deputados um relatório sobre o estado da província. Bem no início, no ponto relativo à Tranquilidade Pública, fez referência a movimentos sediciosos ocorridos na comarca de Bonito, no interior da província. Teria sido realizado por “astutos intrigantes inimigos do sossego dos Cidadãos, para que pudessem incutir falsas ideias no povo ignorante daquela Comarca.” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838; *Diário de Pernambuco*, 8 de março de 1838) Rego Barros estava falando do que chamo de Revolta dos Matutos, ocorrida entre os meses de janeiro e março daquele ano.

Os eventos desta crise ocorreram na região que hoje conhecemos como o agreste pernambucano. Tida como uma região intermediária, possui áreas mais úmidas e outras mais secas, à medida em que se aproxima do sertão. Sua ocupação foi mais tardia, com um povoamento mais intenso a partir do fim do governo holandês na primeira metade do século XVII. Inicialmente com predomínio da pecuária, sua economia foi alavancada com o desenvolvimento da cultura do algodão em meados do século XVIII (ANDRADE, 2005). Na década de 1830 a região ficava naquilo que os contemporâneos chamavam de *centro da província*. As outras partes do território eram o sertão, mais a oeste, e a *mata*, no litoral.

O que separava a região da mata do interior da província era o planalto da Borborema. Era como dois “países” totalmente diferentes, no dizer de José Bernardo Fernandes Gama. Segundo ele, se um viajante que estivesse vindo do litoral e atravessasse aquela barreira natural, acharia que foi “arreatado por um braço invisível, [...] de improviso foi transportado para outro país inteiramente novo, diferente em clima,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vegetação, enfim em tudo diverso daquele, que a duas horas pisava”. (GAMA, 1844, p. 3-4) Eram como que duas civilizações distintas. Havia, portanto, o *litoral* e o *interior*. E a visão que se tinha deste último, para muitos, não era das melhores. O *interior* seria sinônimo de ignorância, brutalidade e incivilidade. Foi por esta ótica que o editor do Diário de Pernambuco classificou a região (*Diário de Pernambuco*, 24 de dezembro de 1835). Do ponto de vista da instrução, segundo o escritor, o litoral das principais províncias (Rio, Bahia, Pernambuco e Minas) ainda possuía “algumas luzes” trazidas pelo comércio externo. O restante dos povos, principalmente “os do interior”, encontravam-se “em um estado tão grosseiro, brutal, e montezinho, que apenas se extrema da vida nômade dos selvagens”. Este interior pernambucano era o lar dos chamados *matutos*, termo com certo sentido depreciativo pelo qual os moradores da capital se referiam aos seus habitantes.

Foi nesta região que, em janeiro de 1838, se espalhou um rumor a respeito da perda de liberdade por parte de homens livres. Como a província passava por um período de recrutamento para tropas de 1ª Linha, dizia-se que homens livres estariam sendo presos como recrutas pelos prefeitos das comarcas, além de guardas nacionais que fossem considerados inaptos para o serviço. Suas cabeças eram raspadas, seus rostos marcados com ferro ou suas cabeças com um carimbo e, finalmente, trocados por africanos ou embarcados para a Inglaterra (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838; *Diário de Pernambuco*, 6 de fevereiro de 1838). A área por onde o boato se espalhou provocando revoltas abrangeu o agreste pernambucano e parte da zona da mata, chegando ao que na época eram os municípios do Brejo, Cimbres, Garanhuns, Bonito, Limoeiro, Santo Antão, Nazaré, Pau d’Alho e Rio Formoso.<sup>1</sup>

Tudo teria começado com a interpretação de um artigo da Lei nº 109, de 11 de outubro de 1837. Esta lei regulamentava o modo como deveria se proceder a amortização do papel moeda, desde a criação até à aplicação dos impostos para sua concretização. Um trecho do seu artigo 12 dizia: “Na seguinte sessão, e nas subseqüentes, o Governo apresentará uma circunstanciada relação dos Próprios Nacionais que forem

---

<sup>1</sup> O município correspondia à organização civil do território. Utilizaremos neste trabalho o termo comarca, referente à organização judiciária e que delimitava a jurisdição dos prefeitos. Os municípios de Cimbres e do Brejo faziam parte de uma só comarca, a do Brejo. Da mesma forma os municípios de Nazaré e Pau d’Alho formavam a comarca de Nazaré. Os demais municípios citados coincidiam também em ser comarcas.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

desnecessários ao serviço, e que convenha serem vendidos para ser aplicado o produto deles à amortização do papel moeda.” (BRASIL, 1837) A dúvida pairava no significado da expressão “Próprios Nacionais”. Interpretou-se que ela dizia respeito a homens livres que seriam vendidos como escravos a fim do governo levantar o dinheiro necessário à amortização prevista na lei.

O epicentro da Revolta dos Matutos se localizou na comarca de Bonito. O boato teria surgido na região a partir da chegada da notícia da Lei da Amortização, divulgada por um edital da Tesouraria da Província que fora publicado em 23 de dezembro de 1837. Em janeiro do ano seguinte cópias deste edital foram enviadas a todas as comarcas para divulgação em vilas e povoações. Foi quando os acontecimentos eclodiram. Segundo relato do subprefeito da povoação de Caruaru, major João Guilherme de Azevedo, falsas notícias sobre escravização de pessoas livres pobres estavam circulando pela região.<sup>2</sup> Para ele, os boatos se originaram de uma interpretação dada por Henrique Félix de Dacia, então juiz de direito do cível na comarca, ao texto do edital da Tesouraria da Província. A dúvida em torno da expressão “Próprios Nacionais” do artigo 12 teria sido interpretada pelo juiz como fazendo referência a pessoas, o que disseminou o medo no povo da região. Em defesa do juiz Henrique de Dacia saiu o tenente coronel comandante do Batalhão da Guarda Nacional do município, José Moreira Alves da Silva. Ele teria testemunhado a ação do juiz no dia 21 de janeiro para convencer muitos habitantes da vila que o procuraram a fim de saber o que significava o dúbio artigo da nova lei. Henrique de Dácia teria esclarecido que o texto se referia aos bens nacionais desnecessários ao serviço e que deveriam ser vendidos para o seu produto fosse aplicado na amortização do papel moeda (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Neste clima de desavenças e acusações mútuas entre autoridades, o prefeito da comarca, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, pensou em mandar elaborar um outro edital e publicá-lo em todas as povoações da comarca para desmentir aquelas falsas notícias. No entanto, como o subprefeito de Caruaru lhe garantiu que tudo estava tranquilo, temeu que esta sua ação acabasse por avivar na população uma ideia que

---

<sup>2</sup> A organização policial e judiciária na província de Pernambuco foi reformulada pela Lei Provincial nº 13, de 16 de abril de 1836. Muitos dos poderes que o Código de Processo de 1832 havia dado aos juízes de paz foram retirados e repassados aos prefeitos, que passavam a ser a principal autoridade policial em cada comarca. Nomeado pelo presidente da província, o prefeito de comarca era auxiliado em seus trabalhos pelos subprefeitos de cada freguesia (CAVALCANTI NUNIOR, 2019; SILVA, 2014).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

parecia ter se dissipado e decidiu por não agir. Quando menos esperava, foi surpreendido pela notícia dos acontecimentos do dia 27 de janeiro ocorridos em Caruaru, os mesmos que envolveram a escolta de policiais do Brejo que por ali passava e era comandada pelo cabo João da Silveira.

Imaginando que os eventos de Caruaru foram isolados e não se repetiriam, as autoridades novamente foram surpreendidas. Por conta de um problema de saúde, o prefeito Vitoriano Borges foi para Recife e deixou interinamente no cargo Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, irmão do juiz Henrique de Dácia. No dia 1º de fevereiro chegaram à povoação de Caruaru dezesseis presos, sendo quinze recrutas e um preso de justiça, remetidos pelo prefeito de Garanhuns para a capital. Foi dado um toque de alarme das vizinhanças da povoação e surgiu um ajuntamento de cinquenta indivíduos armados dispostos a soltarem os presos. Somente com a interferência de autoridades e pessoas bem quistas da localidade foi que, a muito custo, os amotinados se convenceram a mudar seu intento. A escolta continuou seu trajeto e desta vez foi por Rio Formoso, se desviando de Santo Antônio para garantir maior segurança. Também na povoação de Gravatá outro fato ocorreu no mesmo dia. Um grupo de sessenta homens armados se apresentou na porta do notário exigindo o edital com a Lei de 11 de outubro de 1837. A saída encontrada pelo notário foi inventar a história de que aquele edital não mais valia. Desta forma o grupo saiu dando vivas ao seu nome e sem provocar maiores distúrbios.

Para completar o quadro de dificuldades em Bonito, o prefeito interino ficou sabendo de alguns “sujeitos desprezíveis” da povoação de Caruaru que se dirigiram a Pannels de Miranda, distante 7 léguas da vila e pertencente à comarca de Garanhuns. O objetivo seria o de seduzir os cabanos para que participassem de suas ações. Estes remanescentes da Guerra dos Cabanos já andavam desconfiados de um censo que o presidente Francisco do Rego Barros ordenara fazer por meio dos prefeitos das diferentes comarcas. Os cabanos simplesmente se recusavam a dar informações, alegando ser aquilo um meio do governo conhecer quais eram as suas forças a fim de poder lhes fazer nova guerra. A tensão aumentou com a notícia de que os cabanos compraram bastante pólvora e se recusavam a ir à feira na povoação. O pesadelo de um novo conflito armado voltava a rondar a mente das autoridades da região. Ainda mais quando um outro personagem daquela guerra voltou à tona: o antigo capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

A presidência da província havia levantado a possibilidade de nomeá-lo para liderar a tropa que combateria os sediciosos. Tal notícia se espalhou pela região e causou assombro, pois temia-se que ele se aproveitasse para perseguir os seus desafetos. Parece que o presidente da província, Francisco do Rego Barros, atendeu à sugestão de Miguel Villar e não deu qualquer poder a Torres Galindo.

Eventos semelhantes aos ocorridos em Bonito se repetiram em outras comarcas vizinhas, alcançando regiões mais próximas da zona da mata.<sup>3</sup> Para combater a desordem provocada pelo boato de escravização, os prefeitos e subprefeitos tinham à sua disposição a Força Policial e a Guarda Nacional. No entanto, em nenhuma das comarcas mais afetadas estas forças repressivas do Estado tinham estrutura ou capacidade de dar conta do cumprimento da tarefa de controlar os distúrbios que iam se espalhando. A saída foi apelar para a presidência da província a fim de que enviasse uma força militar.

A resposta do governo provincial foi o envio de uma tropa composta por soldados do Corpo Policial da capital. No dia 3 de fevereiro marcharam cem praças em direção à comarca de Bonito. No dia seguinte marchou o restante do Corpo. Para que Recife não ficasse desguarnecida, o 2º Batalhão da 1ª Legião da Guarda Nacional do município foi aquartelado a fim de fazer as tarefas de polícia. Formada por infantaria e cavalaria, a tropa era comandada pelo major Pedro Alexandrino de Barros Cavalcante e chegava a um número de trezentos soldados (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

A presença daquela força militar ajudou a conter os ânimos. A ideia inicial era deixar uma parte da tropa estacionada na povoação de Caruaru, origem dos distúrbios, outra permaneceria na vila de Bonito e uma terceira seria enviada para o Brejo. Uma vez pacificadas as comarcas de Bonito e do Brejo, boa parte dos soldados precisou ser deslocada para Limoeiro com a missão de fazer frente à tensão que aumentava na freguesia de Taquaritinga. Ao mesmo tempo o governo provincial suspendeu o recrutamento, justamente um dos elementos centrais das notícias da escravização. Isso ajudaria a diminuir a tensão entre os habitantes. As exceções ficariam para vadios, desordeiros e propaladores de “ideias anárquicas”, os quais continuariam sendo detidos.

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes dos eventos da Revolta dos Matutos, ver CAVALCANTI JUNIOR, 2021.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Força Policial permaneceu na região por mais de um mês, começando sua retirada de volta à capital no início do mês de março. Parte da tropa, no entanto, permaneceu em Bonito, no Brejo e em Limoeiro para precaver qualquer nova quebra da ordem. E era mesmo preciso, pois as autoridades tinham consciência de que o medo e a desconfiança dos habitantes de suas comarcas não haviam se extinguido por completo. Como dizia o prefeito do Brejo, ao relatar a pacificação promovida no lugar de Olho d'Água, o povo não estava limpo de coração, mas se mostrava na aparência. A sua comarca encontrava-se em paz; quando não no todo, pelo menos na maior parte.

Para os contemporâneos, uma questão que se impunha dizia respeito aos responsáveis pela revolta. No referido discurso do presidente da província na abertura dos trabalhos da Assembleia Provincial, foram citados “astutos intrigantes inimigos do sossego dos Cidadãos”. Segundo parte da imprensa da capital, os mentores por trás dos acontecimentos no centro da província eram os republicanos. Segundo o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, eram eles os principais beneficiários da revolta e deveriam por isso serem responsabilizados (*O Carapuceiro*, 3 e 10 de março de 1838). O jornal *O Echo da Religião e do Império* reclamava do silêncio do governo provincial sobre os responsáveis pela revolta, apontando-os como elementos republicanos da província (*O Echo da Religião e do Império*, 9 de fevereiro de 1838).

Segundo Basile, o pensamento republicano naquele momento da Regência estava inserido principalmente entre os chamados liberais exaltados. No campo das ideias, eles estavam à esquerda dos liberais moderados, sendo inspirados pelo pensamento de Rousseau, Montesquieu e Paine. Procuravam mesclar o liberalismo clássico com ideais da democracia. Defendiam reformas políticas e sociais, tais como a instalação de uma república federativa, ampliação da cidadania política e civil aos segmentos livres da sociedade, abolição gradual da escravidão e uma relativa igualdade social. Destaque também para o fato de seus líderes usarem um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública, denunciando a opressão econômica, social e étnica (2009, p. 60-61).

Em Pernambuco os liberais exaltados tinham sua origem nos liberais federalistas envolvidos na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador de 1824. Consideravam-se os verdadeiros herdeiros daqueles movimentos, se autointitulando

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“Patriotas”. Seu forte discurso em defesa do federalismo fez com que criassem no início do período regencial a Sociedade Federal, um contraponto à Sociedade Harmonizadora dos liberais moderados que passaram a controlar o poder na província após a queda de Pedro I. Entre seus principais líderes estavam o padre João Barbosa Cordeiro, editor do jornal *Bússola da Liberdade*, e os irmãos Antônio e Francisco Carneiro Machado Rios. Os exaltados estiveram envolvidos na maioria dos movimentos que mexeram com a luta política na província nos primeiros anos da Regência, desde a Novembrada de 1831 até as Carneiradas de 1834 e 1835 (CAVALCANTI JUNIOR, 2015, p. 61-110).

O interior da província era uma tradicional região de acolhimento de ideias liberais mais radicais. Muitos líderes e participantes dos movimentos de 1817 e 1824 foram para lá se refugiar da repressão oficial. Ideias políticas perigosas do ponto de vista das autoridades circulavam com intensidade por ali. O prefeito da comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, dizia que indivíduos rebeldes “formigam pelo centro desta província e da Paraíba”, aguardando apenas uma oportunidade para se reunirem e colocar em prática seus planos. Ele chegou a acusar o padre Francisco José Correia de Albuquerque de andar influenciando do seu púlpito na Paraíba tanto os povos de lá como o da sua comarca com pregações onde misturava as doutrinas do Evangelho com “algumas ideias repugnantes” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838). Isso tudo tornava a região com um forte potencial para revoltas.

A conjuntura política da época também aumentava a preocupação com as consequências de uma revolta onde republicanos estivessem envolvidos. A nova regência do pernambucano Araújo Lima, que representou a chegada ao poder do movimento do Regresso, tinha apenas 4 meses. Em Pernambuco, a presidência de Rego Barros tinha pouco mais de 30 dias quando começaram os eventos no interior. Para completar o quadro, o governo regencial enfrentava duas revoltas de caráter republicano: uma no distante Rio Grande do Sul, com a Guerra Farroupilha; a outra na vizinha província da Bahia, com a Sabinada.

Uma terceira revolta no interior de Pernambuco teria agravado ainda mais a situação para o governo regencial. O temor tinha seus fundamentos, haja vista a articulação de pessoas em Pernambuco com lideranças das revoltas tanto gaúcha quanto baiana. Em discurso na Câmara dos Deputados, o deputado pela província da Bahia,

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), revelou correspondência do líder gaúcho Bento Gonçalves onde ele dizia ter cartas endereçadas a pessoas de Pernambuco para serem usadas no caso de ser transferido preso àquela província (ANNAES, 1886, p. 187). Por sua vez, os prisioneiros da Sabinada que estiveram presos no Recife receberam ajuda e auxílio de diversas pessoas. Um indivíduo em particular promoveu uma subscrição para levantar dinheiro que ajudasse os presos baianos em suas necessidades. Antes de partirem para o presídio de Fernando de Noronha, eles se despediram e agradeceram através da imprensa a este senhor e a todos os que assinaram a subscrição. Nenhum nome foi citado (*Diário de Pernambuco*, 11 de agosto de 1838).

Algumas prisões realizadas pelas autoridades dão base para a real participação de republicanos na Revolta dos Matutos. Um de seus principais alvos na repressão eram os responsáveis em propalar o boato e instigar a população a se engajar nos eventos. O governo provincial tinha informações sobre pessoas enviadas para diversas comarcas, a quem chamavam de *Emissários*, com o “danado e miserável intento” de seduzir os habitantes, a fim destes perpetrarem desordens e crimes sob “miseráveis pretextos”. assim conseguiriam executar seus “anárquicos e vertiginosos planos” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

Na comarca de Nazaré foi preso Manoel Pedro do Nascimento por ser desertor e andar “propalando a seita que apareceu no Bonito”. Na região da freguesia de Laranjeiras foi detido Francisco Ignacio. Estava vindo da Baía da Traição, na Paraíba, em direção a Bonito, onde dizia ter um irmão. Não possuía passaporte e acabou dando motivos para a suspeita de ser um dos colaboradores da desordem em Bonito e Limoeiro. Além do mais, Francisco nem Francisco era. O prefeito de Nazaré tinha certeza de que ele se chamava na verdade Miguel Pereira dos Anjos, desertor de um Destacamento de Alagoas. No interrogatório o incógnito cidadão confessou ter sido da 6ª Companhia do 7º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha em Recife, mas que havia dado baixa. Em Limoeiro, João de Barros Rego, branco e solteiro, foi preso acusado de andar aliciando pessoas para a revolta baseando-se nos boatos que corriam pela comarca. Também foram detidos Manoel Vicente de Santa Ana e José Francisco Florêncio, ambos brancos e casados. A acusação era de andarem “apregoando por esta Comarca ideias de cativoiro”.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dois indivíduos, em especial, dão mostras da participação de liberais republicanos com os eventos da Revolta dos Matutos. O primeiro foi Florêncio José de Albuquerque Junior. Por ter apresentado um passaporte com data muito antiga, foi preso em Pau d'Alho, freguesia da comarca de Nazaré. Indivíduo branco e casado, não deu respostas coerentes a respeito de sua moradia e nem do seu destino. Levado à presença do prefeito e por ele interrogado, foi solto logo em seguida. Parecia ser um indivíduo de boa conversa, pois se aproveitou do fato do prefeito conhecê-lo desde pequeno e ao seu pai e o enganou quando perguntado sobre o sistema político que adotava. Só no dia seguinte o subprefeito de Pau d'Alho alertou ao prefeito que o Florêncio era um republicano. Isso ele mesmo confessara ainda em Pau d'Alho, durante uma ceia na casa do vigário, onde também dormiu. Confessara ainda que apoiou os movimentos rebeldes de Bonito, dizendo que o governo imperial deveria perder as esperanças de reivindicar a capital da Bahia, uma vez que o partido republicano ali era “inconquistável”. Segundo o Florêncio, a prova disso eram as derrotas sofridas pelas tropas da legalidade, que, na última delas, haviam perdido mais de 170 homens, além dos feridos. Informado de que Florêncio havia seguido para Limoeiro, solicitou a sua prisão ao prefeito de lá. Sua justificativa era a suspeita de ser o Florêncio um dos *Emissários* e enviado para propagar pelas comarcas ideias subversivas, sustentando entre a “gente ignorante” a revolta aparecida em Bonito. A resposta do prefeito de Limoeiro foi de que o sujeito já estava preso por ter, com outro comparsa, divulgado as mesmas ideias, “apresentando escandalosamente a República” (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

O segundo foi o 2º tenente reformado do 4º Corpo de Artilharia João Machado de Magalhães. Detido pelo prefeito de Limoeiro, tinha “todos os indícios de ser Mensageiro encarregado pelos Anarquistas, atento o estado de desconfiança com que se apresentou, e de denúncias, que do mesmo me foram dados.” Escoltado pelos soldados da Força Policial que retornavam para a capital, o preso seguia “com toda a segurança” para ser entregue ao presidente Rego Barros. (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, 1838).

O tenente João Machado era conhecido por sua participação em revoltas políticas da província. Em 1829 esteve entre os homens que marcharam junto com João Roma na tentativa de iniciar um movimento classificado na época como de caráter republicano e

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que ficou conhecido como *A República dos Afogados*. Tentando promover uma revolta, João Roma e seus companheiros tiveram que marchar de Recife em direção ao centro da província. O então alferes João Machado foi preso na região de Bonito. Afastado do serviço militar, só retornaria ao seu posto após a abdicação de Pedro I, quando os liberais ligados à Confederação do Equador ressurgiram e retomaram postos-chaves no aparato da administração provincial. Por determinação da presidência da província, João Machado estava na lista dos militares que seriam reabilitados para exercerem seus postos nas tropas de 1ª Linha. Já como 2º tenente, ele foi um dos que ajudaram a combater os soldados amotinados no Recife durante a chamada *Setembrizada* de 1831. Meses depois, estourou também em Recife um movimento sob a direção de liberais exaltados que tomou o Forte das Cinco Pontas a fim de fazer reivindicações ao governo. Era a *Novembrada*. Dois oficiais estavam à frente do movimento: o capitão Antônio Affonso Vianna e o próprio tenente João Machado de Magalhães. O tenente chegou a assinar um ofício encaminhado ao presidente da província identificando-se como “Comandante Interino da Fortaleza”. Controlado este motim, João Machado enfrentou uma prisão em condições difíceis no Brigue Barca. Seu relato pedindo providências junto ao governo provincial e sua defesa foram feitos no periódico *Bússola da Liberdade*, editado pelo padre João Barbosa Cordeiro, conhecido líder dos liberais exaltados pernambucanos. Agora já reformado, reaparecia nos eventos ligados à Revolta dos Matutos (*Diário de Pernambuco*, 19 de fevereiro de 1829; 13 de agosto de 1831; 26 de setembro de 1831; 23 de novembro de 1831; 29 de novembro de 1831; *Bússola da Liberdade*, 28 de janeiro de 1832).

A Revolta dos Matutos não teve consequências mais graves para a vida da província. O poder coercitivo das forças militares do governo provincial foi suficiente para apaziguar os ânimos dos habitantes do centro da província. Politicamente, o evento dava mostras de que os liberais exaltados, embora enfraquecidos nas suas demandas devido ao avanço das ideias do movimento regressista, ainda assim eles tinham significativa capacidade de mobilização entre setores da população pernambucana. Souberam captar as insatisfações dessas camadas e utilizar a resistência em favor de suas lutas políticas.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## REFERÊNCIAS

ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO – Câmara dos Srs. Deputados – Primeiro Ano da Quarta Legislatura – Sessão de 1838. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filhos, 1886. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Prefeitos de Comarca**, vol. 5, p. 69-71, 20 de fevereiro de 1838; p. 83-84, 15 de março de 1838; p. 95-96, 31 de março de 1838; p. 377, 1º de fevereiro de 1838; p. 382, 8 de fevereiro de 1838; p. 400-401, 23 de fevereiro de 1838; p. 402, 26 de fevereiro de 1838; p. 510, 3 de fevereiro de 1838; p. 512, 16 de fevereiro de 1838.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Prefeitos de Comarca**, vol. 6, p. 130, 27 de fevereiro de 1838; p. 153, 1º de setembro de 1838; p. 190-191, 30 de janeiro de 1838; p. 192-193, 31 de janeiro de 1838; p. 194-197, 3 de fevereiro de 1838; p. 200-204, 7 de março de 1838; p. 211, 20 de março de 1838; p. 287, 28 de janeiro de 1838; p. 291, 5 de fevereiro de 1838; p. 292-293, 30 de janeiro de 1838; p. 296-297, 6 de fevereiro de 1838; p. 300-302, 12 de fevereiro de 1838; p. 303, 13 de fevereiro de 1838; p. 319, 4 de março de 1838; p. 322, 11 de março de 1838; p. 329, 22 de março de 1838; p. 334, 1º de abril de 1838; p. 355, 5 de fevereiro de 1838; p. 358, 11 de fevereiro de 1838; p. 359, 12 de fevereiro de 1838; p. 361, 21 de fevereiro de 1838; p. 366, 18 de fevereiro de 1838; p. 369, 25 de fevereiro de 1838; p. 370, 22 de fevereiro de 1838; p. 372-373, 26 de fevereiro de 1838; p. 377, 4 de março de 1838; p. 401, 5 de abril de 1838.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Registros de Ofício**, vol. 4/1, p. 35-37, 7 de fevereiro de 1838.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

BASILE, Marcello. O laboratório da Nação: a era regencial (1831 - 1840). In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, v.II: 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL, Lei nº 109 de 11 de outubro de 1837, criando e aplicando imposto para amortização do papel moeda; regulando o modo porque se deve proceder a esta operação; e marcando o prazo, dentro do qual deve cessar o troco da moeda de cobre.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CAVALCANTI NUNIOR, Manoel Nunes. A Revolta dos Matutos: entre o medo da escravização e a ameaça dos “republicanos” (Pernambuco-1838). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Universidade Federal de Pernambuco, v. 39, 2021, pp. 221 a 245.

\_\_\_\_\_. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837)**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2015.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias históricas da província de Pernambuco**. Tomo I. Pernambuco: Tipografia de M. F. de Faria, 1844.

Jornal **Bússola da Liberdade**, Recife, Pernambuco, 28 de janeiro de 1832. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **Diário de Pernambuco**, Recife, Pernambuco, 19 de fevereiro de 1829; 13 de agosto de 1831; 26 de setembro de 1831; 23 de novembro de 1831; 29 de novembro de 1831; 24 de dezembro de 1835; 6 de fevereiro de 1838; 3 de março de 1838; 8 de março de 1838; 10 de março de 1838; 11 de agosto de 1838. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Jornal **O Carapuceiro**, Recife, Pernambuco, 3 de março de 1838; 10 de março de 1838. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

Jornal **O Echo da Religião e do Império**, Recife, Pernambuco, 9 de fevereiro de 1838. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Jundiaí: Peco Editorial, 2014.